

## A PRECARIZAÇÃO DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL: O EAD EM DEBATE

Jane Cruz Prates

Inez Rocha Zacarias

**Resumo:** O presente artigo aporta reflexões críticas sobre o ensino à distância, buscando dar visibilidade aos prejuízos à formação que necessariamente conformam essa modalidade de ensino. Apresenta dados relativos a precarização da formação, em especial no que concerne aos processos de estágio, fundamentais a formação na área do Serviço Social e dados relativos ao crescimento avassalador de oferta de vagas e matrículas nessa modalidade, no âmbito do Serviço Social no Brasil.

**Palavras – chave:** ensino e formação. formação em Serviço Social. Ensino à Distância-EAD.

### 1 INTRODUÇÃO

A pressão cada vez maior para que o conjunto das áreas do conhecimento, no ensino superior, se engajem na proposta de ensino à distância tem suscitado amplos debates, mobilizados pelas instâncias de organização das diversas categorias de profissionais considerando especialmente dois aspectos fundamentais, mas que abarcam outros tantos: Por um lado, a precarização do ensino-aprendizagem e da formação, como resultado do crescente processo de mercantilização do ensino, com impactos na qualidade dos serviços, por outro, a ampliação do acesso a formação e a possibilidade de como consequência ampliar a oferta e a abrangência dos serviços ofertados à população em regiões mais longínquas e de difícil acesso.

Nossas observações iniciais buscam aportar algumas reflexões acerca da materialização do processo ensino-aprendizagem, porque em que pese a justeza dos motivos que se pautam na justificativa de garantir a ampliação do acesso, absolutamente necessário, num país de dimensões continentais e marcado por profundas desigualdades regionais, é antes fundamental problematizarmos a que tipo de acesso nos referimos, especialmente em tempos de flexibilização e precarização generalizadas. Aliás, como bem destaca Avelino (2014), o movimento de exclusão-inclusão é característico do capitalismo que inclui de modo precário para mascarar o seu caráter excludente intrínseco.

Pensamos que, de um modo geral, o ensino não pode ser reduzido a apreensão de conteúdos, ou mesmo a realização de exercícios ou atividades que possam ser virtualmente sugeridos, inclui, sem dúvida, um conjunto de habilidades e competências, entre as quais a de relacionar-se, trabalhar em grupos, negociar idéias e posições, efetivar debates para exercitar a capacidade argumentativa, a capacidade propositiva e de diálogo, para exercitar o reconhecimento da diversidade, entre tantas outras questões fundamentais, tão necessárias no tempo presente e tão relegadas a segundo plano, por uma lógica operacional tecnicista.

Seja qual for a profissão, é muito difícil que possa prescindir do desenvolvimento dessas habilidades, afinal formamos e produzimos para a sociedade. Para além deste aspecto, de acordo com a especificidade de cada área e profissão, a interação, a capacidade de percepção do outro, enquanto singularidade e enquanto parte de um coletivo, condicionados por seus contextos histórico-sociais, são elementos essenciais para explicar a realidade, diagnosticá-la e propor alternativas para nela incidir, portanto essenciais à formação. Este desenvolvimento da racionalidade e sensibilidade, de modo articulado, se dá a partir não só de reflexões teóricas, mas mediado por vivências concretas, como as possibilitadas pela sala de aula, mas para além deste espaço, também desenvolvida nos estágios, atividades acadêmicas complementares, seminários, debates, participação em núcleos de pesquisa, participação no movimento estudantil, em eventos culturais, nas atividades realizadas em grupo, observações de experiências e vivências, enfim na vida da Universidade, na vida acadêmica. Haveria muito mais a dizer, porque a vivência de sala de aula, as trocas em pequenos grupos, os compromissos exercitados, o acesso a biblioteca, aos laboratórios em grupos e orientados, a relação direta entre professores e alunos em tempo real incluem o estabelecimento de vínculos, afetos, organização, escuta e expressão, em síntese inclui o estabelecimento de relações concretas, entre “homens em carne e osso”, como dizia Marx (1989).

Acreditamos que o explicitado já seja suficiente para estimar o tamanho da perda, que significa negarmos a necessidade destas vivências à formação, pois como bem expressa Hegel, é naquilo com que nos conformamos, que medimos o tamanho de nossas perdas. Resta nos questionarmos sobre o tipo de formação com que nos conformamos. E aqui não estamos admitindo perdas apenas para os sujeitos discentes que terão sem dúvida uma formação limitada ou ainda mais limitada, visto a avalanche que recai sobre o ensino em tempos de Universidade Operacional, mas o prejuízo que acarretará para o conjunto

da sociedade, na medida em que serão precarizados os serviços como consequência deste processo em curso.

Estamos falando de médicos, odontólogos, psicólogos, assistentes sociais, advogados formados virtualmente, só para citar alguns, para quem o vínculo, a confiança estabelecida, a acolhida pelo profissional ao usuário dos seus serviços é absolutamente fundamental, embora saibamos que a hierarquização das profissões na divisão social e técnica do trabalho faz com que para algumas o processo de precarização ocorra de modo mais veloz, como se ara estas a garantia de qualidade não fosse uma exigência essencial.

Se buscamos contribuir com a formação de sujeitos integrais, estes assistentes sociais, psicólogos, médicos, advogados, pedagogos, mencionados anteriormente para além dos conhecimentos específicos de suas áreas e leitura da realidade na qual estão inseridos, devem primar pela postura ética e desenvolver capacidades relacionais. O diálogo com os sujeitos usuários de seus serviços, com colegas de equipe, com chefias e outros setores, com dirigentes, lideranças ou representantes de suas áreas e de outras com as quais dialogam para desenvolver seu trabalho, embora pareça uma competência simples de ser construída, não o é. Essas competências absolutamente necessárias pressupõem muitas mediações para que, o que se pode chamar de diálogo, realmente se efetive. Como bem expressava o grande educador Paulo Freire, não posso dialogar quando não reconheço no outro um outro eu, quando vejo o outro como um “isto ou “aquilo”. E esta falta de reconhecimento nem sempre é percebida pelos sujeitos. Esta sensibilidade que precisa ser desenvolvida, fruto de reflexões sobre a necessidade de investir na construção dos próprios sentidos para apreender a realidade, é condição fundamental a uma formação mais consistente e coerente com um tempo presente que quer direitos de quarta geração, que almeja o reconhecimento coletivo do direito a paz, a diversidade e soberania dos povos. Falamos de uma formação que seja mais do que tecnicista, que reconheça a necessária fundamentação ético-política e teórico-metodológica para que os procedimentos operacionais e técnicos tenham densidade, alcance e efetividade e principalmente para que tenham sentido e finalidade. A perda de sentido e finalidade direcionada aos interesses humanos coletivos tem nos levado a barbárie ou a uma ciência que, ao invés de estar a serviço do homem, potencializa seus piores “instintos egoístas” de concentração de poder.

Marx, já destacava nos Manuscritos de Paris que o olho que não aprende a ver não enxerga, mas para alongarmos nosso olhar precisamos de teorias explicativas que nos auxiliam a problematizar aquilo que está diante de nossos olhos, mediadas por vivências concretas, relações, observações, debates, *insights* concretos, contra-provas históricas.

Se acrescentarmos a isto processos como o planejamento e a gestão, atribuições não de uma área específica, mas competências a serem desenvolvidas pelas mais diversas áreas, este diálogo se faz ainda mais necessário e torna-se mais complexo. Afinal é preciso reconhecer que formamos também profissionais para planejar e gerir e cada vez mais se exige que estes processos sejam realizados de modo participativo, ou seja a partir da articulação entre os diversos atores que conformam os processos, de modo interdisciplinar e intersetorial.

## **2 UMA BREVE RECONSTITUIÇÃO DO PROCESSO E ALGUMAS CONTRAPROVAS HISTÓRICAS**

É importante demarcar que a história do ensino superior no Brasil, desde sua origem foi marcado pelo atraso de 300 anos em relação aos demais países latinoamericanos e pela imposição vertical sistemática de diversas reformas, importação de modelos externos, perseguições e repressão a intelectuais e estudantes. Nos períodos de repressão muitos intelectuais, professores, cientistas e artistas abandonaram o país, enquanto consultores norte-americanos chegavam para desenvolver a chamada “modernização”. No início dos anos 1990, o governo brasileiro busca reconfigurar o ensino superior a partir dos princípios da flexibilidade, competitividade e avaliação. Esse processo é complementado pela tendência de mercantilização dos serviços educacionais e privatização, seguindo o receituário de organismos internacionais como o BID e o FMI.

A produção do conhecimento associada a ideia de universidade tende a ser substituída pela administração de dados e informações em um processo de assessoramento ao mercado, deixa de ser uma instituição social para ser uma organização empreendedora, regida por contratos de gestão, avaliada por índices de produtividade, tecnocrática e superficial, estruturada por estratégias e programas de eficácia organizacional, a chamada universidade operacional como a caracteriza Chauí (2003).

Esse processo foi parcialmente freado durante os governos de coalisão liderados por Lula e Dilma. Em que pesem as contradições que reconhecemos nesse período, onde

se inclui a implementação do Ensino à Distância, segundo dados da ONU, Ministério de Educação, IBGE e UNICEF (2014) foram criadas 18 Universidades Federais, ressalte-se que nenhuma foi criada nos 8 anos de governo de FHC, o PROUNI distribuiu 1,2 milhões de bolsas; o FIES atendeu a 1,3 milhões de pessoas com financiamento, o número de estudantes no ensino superior que, em 2003, era de 583 mil em 2013 cresceu para 1.087.400, incluindo na sua maioria (58,4% ) jovens de 18 a 24 anos. Em 2004 apenas 16,7% de estudantes negros (pretos e pardos) frequentavam o ensino superior, esse percentual cresce para 45% em 2014. Esse crescimento da educação superior ocorreu em todas as regiões do país, embora ainda mantidas as desigualdades regionais.

Como contrapondo também foi nesse período (2005) que o ensino a distância é regulamentado e incentivado, acentuando o processo de precarização da formação.

Os processos de precarização das políticas públicas de um modo geral, em razão do momento controverso que vivenciamos de radicalização neoliberal, marcado pelo retrocesso no âmbito dos direitos, redução de espaços de participação e organização popular e de recursos para financiar as políticas públicas, atingem em cheio a universidade.

Sofremos profundamente com esse contexto de desmonte, de intolerância à diversidade e avanço desmedido do capital sobre o trabalho, especialmente se temos a clareza das profundas sequelas sociais subjacentes a esses processos, cujas repercussões se farão sentir por longa data.

Contudo, em algumas situações é preciso reconhecer que o ensino à distância pode, sem negarmos as perdas e contradições destacadas, ser necessário. Por exemplo para formar e ou qualificar professores de ensino fundamental, em regiões mais distantes, cujo acesso aos locais onde são ofertados cursos presenciais é muito difícil, ou demanda muito custo ( e aqui não nos referimos apenas ao custo financeiro, mas também e principalmente ao custo ocasionado pelo desgaste humano ) entre outras situações similares que efetivamente inviabilizem ou dificultem significativamente o acesso dos sujeitos a cursos presenciais, que sem dúvida ofertam a possibilidade de uma formação de maior qualidade.

O mesmo pode ser efetivado nos níveis de Pós-Graduação - especialização, dentro da mesma perspectiva, ampliando as possibilidades de garantir a necessária formação permanente, atualização e qualificação profissional.

Acreditamos, no entanto que, mesmo nesses casos, esta alternativa, cujos limites não podem ser negados, deveria ser ofertada somente quando da inexistência de curso presencial acessível ao local de moradia dos demandantes, ou seja, quando efetivamente seja inviável a realização do processo de modo presencial e não como mais uma possibilidade de mercantilização do ensino para atender ao interesse das empresas de educação. É importante perceber que a opção individual por um curso de maior ou menor qualidade não diz respeito apenas ao sujeito que faz a opção, o que por si só já configura condições desiguais, implica reiteramos na qualidade do serviço que posteriormente poderá ofertar e num processo mais amplo na precarização progressiva daquele trabalho profissional, logo diz respeito a categoria profissional e em última instância ao conjunto da população que utiliza aquele serviço.

A qualidade do ensino superior no Brasil e mais especificamente a necessidade de avaliar os níveis de efetividade na formação, tem sido tema polêmico e motivo de preocupação do governo e da sociedade. Estratégias como o ENAD, os debates sobre a possível inclusão de exames ao final da Graduação, como os realizados pela Ordem dos Advogados, aprovação sem a qual não é permitido ao bacharel em direito exercer a profissão, apesar dos limites que existem nestes processos pontuais de avaliação, mostram que é necessário garantir algum padrão de qualidade para ofertar serviços especializados à população e impõem exigências a qualidade na formação. Como contraponto a esta lógica que amplia a exigência de qualidade verifica-se a proliferação desenfreada de cursos superiores à distância, o que vem somar-se a um conjunto de condicionantes que tem, na contemporaneidade, caracterizado a constituição da chamada universidade operacional. Esta precarização, cujo ensino à distância, é apenas um dos componentes, tem raízes bem mais profundas, e que, longe de preocupar-se com o acesso, tem como fundamento a mercantilização do ensino.

Vemos com muita preocupação a precarização generalizada do trabalho e mais ainda a do ensino, especialmente no que tange a supervalorização da sustentabilidade e operacionalidade, em detrimento da qualidade, no sentido amplo. E quando nos referimos a qualidade, falamos da formação de profissionais com diversas competências, cada vez

mais necessárias, entre as quais estão não só a capacidade técnica, mas também um acúmulo teórico-metodológico mais denso, consistente e coerente com uma postura e compromissos éticos que precisam ser introjetados e materializados nas produções, ações e relações estabelecidas por estes profissionais no cotidiano de trabalho. Precisamos reconhecer que diante da precarização generalizada que caracteriza o tempo presente e da negação de valores humanos, em prol de um consumismo e individualismo exacerbados, não podemos permitir que o ensino também seja reduzido a mais uma mercadoria, vendida virtualmente. O desafio de enfrentar a precarização já tem se constituído como enfrentamento nada fácil para a docência, mesmo quando o processo ocorre de modo presencial, visto as condições cada vez mais precarizadas dos alunos que chegam a universidade, muitas vezes com possibilidades limitadas pelo contexto de investir no seu próprio processo de aprendizagem. São alunos trabalhadores que devido as condições aviltantes de trabalho a que estão expostos chegam desgastados na sala de aula, dispõem de poucos recursos para fazer leituras, para alimentar-se adequadamente, para custear os estudos, apresentam problemas decorrentes da formação anterior, de linguagem, de estruturação do pensamento, dificuldades para realizar sínteses, sistematizar produções. Essas condições exigem o uso de estratégias diversas, algumas construídas coletivamente, para contribuir no sentido de superá-las ou pelo menos reduzi-las para que os prejuízos não impeçam a efetivação do processo de ensino-aprendizagem e por consequência da formação.

As condições também cada vez mais restritas de se ofertar um ensino de qualidade, resultantes de um verdadeiro processo de desmonte da universidade que, em razão de uma preocupação exacerbada com a sustentabilidade coloca como caudatárias as estratégias que privilegiam a aprendizagem efetiva, é outro aspecto que agrava este contexto. São refrações desse movimento a progressiva redução do número de docentes nas universidades, enquanto avolumam-se tarefas burocrático-administrativas a eles direcionadas, além de acumularem tarefas pedagógicas que exigem preparação e elaborações, cujos prazos e tempos não são contabilizados, o que acaba por invadir os espaços privados e de descanso desses trabalhadores, de modo sistemático. Se refletirmos sobre o tempo que ocupamos nos nossos horários de repouso respondendo e-mails de trabalho e contatos realizados pelo celular, vamos nos surpreender com o tempo despendido com o trabalho em nossas casas, reduzindo nossos já escassos horários de repouso e convivência familiar. Como consequência, observamos o adoecimento destes

trabalhadores, a ampliação nos níveis de estresse, de ansiedade e da insatisfação. Esses aspectos e preocupações são externados, de modo discreto, pelos trabalhadores, porque a ameaça velada do desemprego esta sempre presente, mesmo que não seja dita.

Além dessas condições adversas, reduzem-se cada vez mais os espaços pedagógicos alternativos, e uma infinidade de tarefas complementares são impostas aos docentes. Os olhos cansados de alunos e professores enxergam menos e o resultado dessa interação se fragiliza, com prejuízos para ambos.

O contexto de precarização, que atinge alunos e professores, tem imposto muitos limites ao processo de ensino-aprendizagem, o que tem sido preocupação da categoria, cujas produções socializadas em congressos e encontros científicos vem abordando estes aspectos, além de estarem se constituindo como temas de investigação e estudos em nível de pós-graduação. No caso específico do RS, tem sido tema de debate entre os professores não só para melhor identificar os seus rebatimentos, mas sobretudo para pensar alternativas de supera-los, e a troca sistemática entre os docentes e da docente com o corpo discente, tem sido fundamental nesse processo. Nessa direção nos questionamos, estas condições não seriam agravadas se o ensino for realizado à distância?

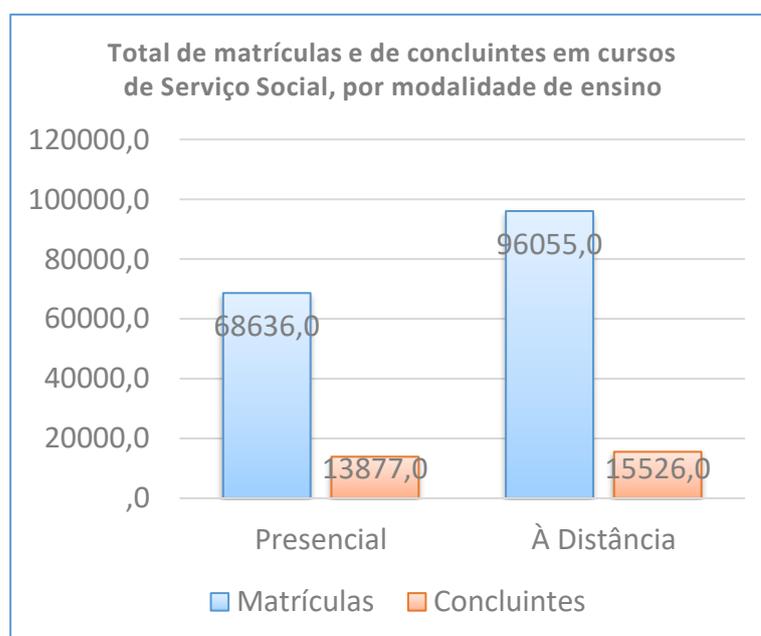
O documento intitulado Sobre a incompatibilidade entre Graduação à distância e Serviço Social elaborado pelo conjunto CFESS-CRESS, critica o descompromisso das instituições de ensino e do Ministério da Educação com a educação de qualidade enquanto direito social. As análises que são aportadas no documento baseiam-se em dados coletados por 80% dos Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS) e Seccionais distribuídos em todo o país, que mostram diversas situações de irregularidade denunciadas ao Conselhos por alunos, professores e profissionais da área especialmente em relação a supervisão direta de estágio, etapa fundamental da formação. Entre os dados chama a atenção os que seguem: supervisão de campo com número excessivo de estagiários (apontado por 19 dos 32 CRESS e Seccionais), estágio sem supervisão direta do/a assistente social (10), supervisor de campo sem vínculo trabalhista, atuando como voluntário (6), contratação de assistentes sociais somente para realizar a supervisão de campo (3). (CFESS, 2014)

No que concerne a supervisão acadêmica os dados são do mesmo modo estarrecedores. Dos 32 CRESS e Seccionais que participaram da coleta de dados, 7

informaram que na sua região havia denúncias de supervisão acadêmica realizada à distância, 5 informaram a existência de supervisão acadêmica e de campo eram realizadas pelo mesmo profissional, 5 afirmaram ter recebido denúncias sobre a inexistência de supervisão acadêmica, em 2 os supervisores acadêmicos tinham registros em outros estados, em 1 tinham o registro cancelado, em 1 a supervisão acadêmica presencial era realizada apenas uma vez por mês, em 4 as denúncias afirmavam número excessivo de estudantes e em 2 Regiões os CRESS constaram a ausência de interlocução entre supervisão acadêmica e campo de estágio. Soma-se a isto situações precárias nos campos de estágio envolvendo a qualidade de estrutura e inclusive a realização de atividades pelo estagiário que não tem qualquer relação com o Serviço Social. (CFESS, 2014)

Os dados apresentados no documento elaborado pelo conjunto CFESS/CRESS que, restringem-se a análise do processo de supervisão, em que pese a sua relevância, deixam claro a precarização com que essa modalidade de ensino vem sendo ofertada com evidentes prejuízos à formação e impactos que se farão surgir no conjunto da categoria, haja vista o crescimento avassalador da oferta de vagas à distância.

O gráfico que segue mostra a proporção de matrículas efetivadas e o número total de concluintes no ensino presencial e à distância na área do Serviço Social divulgados pelo INEP.



Fonte: Censo da Educação Superior no Brasil – INEP/2018.

Como se pode observar o número de matrículas nos cursos à distância já supera em mais de 17% as matrículas presenciais, embora o número de alunos concluintes em ambas modalidades seja aproximado. Além disso, conforme o mesmo estudo, o número de instituições de ensino que ofertam curso à distância é de 27 contra 407 presenciais, apesar do número elevado de vagas ofertadas pela primeira. Estes números demonstram o preocupante quadro de monopolização por parte de grandes empresas, maioria com investimentos oriundos de capital estrangeiro, no controle das instituições de ensino superior no país. É importante destacar que o crescimento tem sido progressivo no que tange o ensino na modalidade à distância o que altera a qualidade da formação do conjunto da categoria. Outro aspecto relevante é o fato de que essas Instituições de ensino não são filiadas a ABEPSS, logo seu compromisso com uma formação direcionada pelo Projeto Ético Político Profissional, uma conquista coletiva da categoria, é posta em xeque, o que é extremamente preocupante, especialmente em tempos de crescimento do conservadorismo e de retrocessos. Nesse sentido, mais do que nunca é necessário fortalecimento desse projeto, sempre em disputa, para que as conquistas da categoria não percam substância política.

### **3 A GUIA DE UMA BREVE TOTALIZAÇÃO PROVISÓRIA**

O uso da tecnologia informacional que possibilita avanços incomensuráveis para o acesso a informação e a troca de conhecimentos oriundos das mais diversas áreas e regiões do planeta, em curtos espaços de tempo ou mesmo a viabilidade de acesso a sínteses sobre o estado da arte das mais diversas temáticas, é um avanço que não podemos deixar de reconhecer, contudo é também necessário admitir que muitos desses conhecimentos não são sedimentados, o volume de informações nem sempre garante o seu necessário adensamento para subsidiar processos, avaliações, análises e propostas de ação mais complexas. Para além deste aspecto, de suma importância convivemos hoje também com problemas éticos importantes resultantes do uso indevido de produções veiculadas pela Internet, que são apropriadas sem o devido registro de autorias e são freqüentes a verificação de plágios nem sempre viáveis de serem identificados, nos tempos exíguos exigidos para os processos de avaliação, o que só poderá ser agravado quando o contato entre docentes e discentes ocorre apenas de modo virtual.

Outro aspecto que merece ser reiterado, porque fundamental ao processo de formação é o necessário exercício do trabalho grupal, afinal a quase totalidade de profissões atualmente trabalha em equipes e as habilidades para desenvolver produções coletivas, negociar e compatibilizar idéias e posições nos parecem ser uma exigência do mundo contemporâneo e em especial do mundo do trabalho que requisita um trabalhador polivalente apto a inserir-se em processos de trabalho caracterizados pela interface em equipes interdisciplinares, elaboração de planos e projetos integrados e interdisciplinares. Em áreas onde a comunicação com o público usuário é uma exigência necessária, o exercício das exposições orais, do debate, da habilidade em expor, explicitar, argumentar e contra-argumentar precisa ser desenvolvida, o que também deve ser efetivado pelos profissionais em relação a seus pares e gestores. Pensamos que, embora o debate possa ser estimulado através de salas de discussão virtuais, o que exige equipamentos e programas adequados para esta finalidade, nem sempre acessíveis a todos, o embate oral que será exigido dos discentes, quando profissionais não pode ser suprido a não ser pela sua realização efetiva através da experiência vivenciada presencialmente.

Por fim, tratando-se mais especificamente do Serviço Social, que trabalha com as expressões de desigualdade e de resistência que constituem a questão social, seu objeto e por tratar-se de profissão interventiva que pauta sua práxis no desenvolvimento de processos sociais emancipatórios, cuja mediação é essencialmente realizada na relação, seria absurdo substituir o exercício da relação, pela relação virtual, sem que houvessem prejuízos significativos, em última instância, para o usuário de seus serviços. Como exercitar, por exemplo, o estabelecimento de vínculos? Portanto, se, de um modo geral, a EAD já caracteriza a precarização da formação e por consequência dos serviços ofertados à sociedade, para as profissões humano-sociais o prejuízo parece ser ainda maior. Portanto, é fundamental nosso apoio coletivo a posição firme que tem sido assumida pelas nossas instâncias organizativas, ABEPSS, CFESS, CRESS de enfrentamento a mais esta estratégia de precarização da formação e dos serviços e por estarem estimulando a categoria a debater o tema. Nós, assistentes sociais temos nos caracterizado, por incidir coletivamente nas questões que nos mobilizam e afetam a sociedade e não temos nos furtado de assumir posições, muitas vezes contra-hegemônicas, na luta para garantir aquilo que consideramos mais justo e adequado, contudo, sempre nos propondo a debate-las e aprofunda-las.

Resta por fim reiterar os valores previstos em nosso Código de Ética, entre os quais a defesa da qualidade dos serviços públicos e de seu acesso universal é um deles, portanto a precarização ainda maior do ensino das profissões, em especial as humanas, e o conseqüente impacto na qualidade do produto de seu trabalho, sem dúvida é um retrocesso para o alcance desse objetivo e, a nosso ver, deve ser entendido como mais uma estratégia do capital para submissão do trabalho. Mesmo porque a análise dos múltiplos fatores interconectados mostra que outras iniciativas criadas sob a justificativa de buscar o aprimoramento da qualidade da formação poderão restringir o acesso apreçado como motivo para a implementação do ensino à distância

Do mesmo modo que, em nome da democracia alguns fazem a guerra, outros mercantilizam o ensino sob a justificativa de ampliar o acesso à formação. Resta, portanto, perguntar: Mas de que concepções de democracia e formação estamos falando?

### **REFERÊNCIAS**

CHAUÍ, Marilena. A Universidade Pública Sob Nova Perspectiva. Revista Brasileira de Educação. Nº 4. 2003.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL – CFESS. Sobre a incompatibilidade entre Graduação à distância e Serviço Social. Vol 2. Brasília, CFESS, 2014.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA – INEP. Notas Estatísticas Censo da Educação Superior. Brasília: INEP, 2017. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-sinopse-sinopse>>. Acesso em: 30/07/2018.

OLIVEIRA, Avelino da Rosa. Sobre o alcance teórico do conceito “exclusão. Revista Textos e Contextos. V. 4, N.1. Porto Alegre, 2014.

MARX, K. O capital. Livro I. 13. ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 1989. v.1.